

recurso interposto no prazo legal foi empregado o processo competente;

Considerando que o recorrente José de Oliveira, ao ser levantado o auto do fl. 2 e seguintes, recolhia habitualmente na sua garagem, sita na cidade de Braga, freguesia da Sé, Rua do Castelo, 21-23, além do seu automóvel de aluguer, marca *Dion Bouton*, com o número de matrícula 652, da circunscrição Norte, o automóvel marca *Elcessor*, com o número de matrícula 1:054, da mesma circunscrição, o este automóvel ao ser levantado o auto de 15 de Setembro de 1914, pertencia à firma Zenha & C.º, como provam o documento de fl. 14, a declaração de fl. 26 e a matrícula de fl. 24 v;

Considerando que o recorrente, como proprietário da garagem de recolha de automóveis, não declarou no prazo legal o número do automóvel que habitualmente recolhia, pertencente à firma Zenha & C.º, e, por esta omissão, incorreu na multa cominada no decreto de 27 de Maio de 1911, artigo 16.º, § 3.º, por força do decreto de 31 de Agosto de 1912, artigo 6.º:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Finanças, e conformando-me com a presente consulta; decretar a negação do provimento no recurso interposto.

O Ministro das Finanças assim o faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 5 de Agosto de 1915.—Joaquim Teófilo Braga.—Vitorino Máximo de Carvalho Guimardes.

MINISTÉRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

2.º Repartição de Instrução Primária e Normal Serviço do pessoal

DECRETO N.º 1:792

Tendo sido alterado, pela lei orçamental do Ministério de Instrução Pública, de 30 de Julho de 1914, o regime da promoção de classe dos professores de instrução primária, convindo, por isso, harmonizar com o preceituado na referida lei, as disposições regulamentares sobre esse assunto:

Usando das atribuições que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro de Instrução Pública, e nos termos do artigo 175.º do decreto com força de lei, de 29 de Março de 1911, decretar o seguinte regulamento:

Artigo 1.º Os professores de instrução primária, quer para o ensino infantil, quer para o ensino elementar, constituem três classes e terão direito aos vencimentos fixados na tabela anexa ao decreto com força de lei de 29 de Março de 1911.

Art. 2.º Pertencem à 3.ª classe os professores que ainda não tenham completado seis anos de bom e efectivo serviço; pertencem à 2.ª classe os professores que tiverem completado mais de seis anos e menos de doze anos de serviço, igualmente bom e efectivo; pertencem à 1.ª classe os professores que hajam completado doze anos de bom e efectivo serviço.

§ único. Para a promoção de classe será contado aos professores o tempo de serviço prestado como ajudantes ou interinos.

Art. 3.º Todos os anos, e até 31 de Dezembro, publicar-se há a lista dos professores que, durante o ano lectivo findo, tenham adquirido direito à promoção de classe.

§ único. Para a elaboração desta lista os inspectores de circunscrição enviarão todos os anos, até 31 de Outubro, ao Ministério de Instrução, um mapa dos professores nas condições deste artigo, contendo a indicação do tempo e qualidade do serviço de cada um dos professores.

Art. 4.º As promoções de classe serão referidas à data em que os professores tiverem completado os seis ou

doze anos de bom e efectivo serviço, devendo ser-lhes abonada a diferença de vencimentos a partir dessa data.

§ único. Os professores que tenham completado o tempo de serviço necessário para a promoção de classe antes da publicação da lei orçamental do Ministério de Instrução Pública, de 30 de Junho de 1914; só serão abonados da diferença de vencimentos, por virtude dessa promoção, a partir de 1 de Julho do mesmo ano.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro de Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 5 de Agosto de 1915.—Joaquim Teófilo Braga—Jodo Lopes da Silva Martins Júnior.

MINISTÉRIO DO FOMENTO

Direcção Geral da Agricultura

PORTARIA N.º 430

Tendo em atenção o disposto no § único do artigo 36.º do decreto n.º 866, de 16 de Setembro de 1914; e

Atendendo a que se deu cumprimento ao disposto no artigo 31.º do citado decreto:

Manda o Governo da República Portuguesa que, dentro das disponibilidades dos dois primeiros duodécimos aprovados, se distribuam pela seguinte forma as verbas destinadas aos concursos e exposições pecuárias nos meses de Julho e Agosto do corrente ano económico :

A

Concursos e exposições pecuárias regionais nos termos do artigo 1.º do decreto n.º 866	Prémios aos expositores	Despesas da instalação	Total
Um de ovinos (Guarda e Gouveia, alternadamente)	192\$00	20\$00	252\$00
Um de cães de guarda (Serpa)	30\$00	10\$00	

B

Concursos e exposições pecuárias de iniciativa particular, nos termos do artigo 27.º do decreto n.º 866	Subsídios
1—Câmara Municipal de Pombal	106\$00
2—Comissão organizadora da feira de gado em Monção	57\$00
3—Associação Comercial de Guimarães	150\$00
4—Câmara Municipal de Vila Flor	60\$00
Total	373\$00

Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 5 de Agosto de 1915.—O Ministro do Fomento, Manuel Monteiro.

Repartição Técnica Secção dos Serviços Agrícolas

PORTARIA N.º 431

Tendo em vista o disposto no § 7.º da base 3.ª da lei de 14 de Julho de 1899;

Atendendo ao disposto no artigo 2.º do decreto de 15 de Março de 1913, e

Considerando que foi recentemente matriculada uma nova fábrica de moagens e que algumas das anteriormente matriculadas foram eliminadas da respectiva matrícula;

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Fomento, que o rateio do trigo, quer nacional quer exótico, pelas fábricas de moagem, de massas e de bolachas e biscoitos, devidamente matriculadas, se faça, no corrente ano cerealífero, segundo as tabelas anexas a esta portaria e que dela fazem parte integrante.

Dado nos Paços do Governo da República e publicado em 5 de Agosto de 1915.—O Ministro do Fomento, Manuel Monteiro.

Tabela para o ratoeiro do trigo nacional e exótico para o ano cerealífero de 1915-1916

Nomes dos fabricantes

Percentagens

Locais das fábricas

Número de ordem	Nomes dos fabricantes	Locais das fábricas	Percentagens
1	Nova Companhia Nacional de Moagem.	Sacavém	9,40
2	Vitória de A. J. Gomes & C°, Comandita	Caramulo	7,59
3	Nova Companhia Nacional de Moagem.	Lisboa, Rua 24 de Julho, 140 (antigo 644)	7,59
4	João de Brito, Limitada	Beato	7,59
5	Fábricas da Senhora da Hora, Limitada	Senhora da Hora, Matosinhos	3,98
6	José António dos Reis	Lisboa, Bom Sucesso	3,95
7	Companhia de Moagem Invicta	Pórtio, Afurada, Vila Nova de Gaia	3,89
8	Idem	Pórtio, Freixo, Campanhã	3,66
9	Nova Companhia Nacional de Moagem	Lisboa, Rua Primeiro de Maio	3,60
10	Idem	Lisboa, Travessa do Pinheiro	3,62
11	Companhia de Moagem de Viana do Castelo	Lisboa, Xabregas	3,34
12	Companhia de Moagem Harmonia	Viana do Castelo	2,86
13	José António dos Reis	Pórtio	2,27
14	Barreto, Filhos & Genro	Lisboa, Bom Sucesso	2,27
15	Companhia de Moagem	Pórtio, Ribeira do Abade, Valbom	2,25
16	Gomes, Brito, Conceição, Reis & C°, Limitada	Lisboa, Rua das Cozinhas Económicas	2,01
17	Fábrica de Moagem A Portuense, Limitada	Pórtio, Rua de Camões, 181	1,75
18	Companhia de Moagem de Abrantes	Abrantes	1,31
19	Nova Companhia Nacional de Moagem	Lisboa, Rua Vinte e Quatro de Julho, 132-A a 134-A	1,31
20	Companhia de Moagem Invicta	Pórtio, Rua de S. Jerónimo	1,27
21	Fábrica de Moagem do Rio Tinto, Limitada	Rio Tinto	1,26
22	Augusto Costa & Ferreira	Pórtio, Rua do Ouro, 253	1,23
23	Fábricas da Senhora da Hora, Limitada	Senhora da Hora, Matosinhos	1,12
24	Augusto Castro & Ferreira	Pórtio, Rua da Presa Velha	1,12
25	Manuel Mendes Godinho	Tomar	1,04
26	Ribeiro, Trevejano & C°	Portalegre	1,00
27	Companhia Lusitana de Moagem	Caminha	0,99
28	José Mendes Calado	Alter do Chão	0,98
29	Cristo, Racha, Miranda & C°	Aveiro	0,86
30	Nova Empreza de Moagem de Castelo Branco	Castelo Branco	0,83
31	Sousa Pinto & C°, Limitada	Marcos de Canaveses	0,83
32	José Guilherme Moreão	Grajá de Campanhã	0,73
33	A. Peres Ventura & C°	Pórtio, Lordelo do Ouro — Rua da Pastelaria	0,65
34	Augusto Dias Pereira da Rocha Paranhos	Barelos	0,62
35	José Marques Alves Dias	Guimaraes	0,61
36	Companhia de Moagem Invicta	Ovar	0,60
37	Bernardino Jordão & C°	Lordelo do Ouro	0,57
38	Companhia Elvense de Moagem	Elvas	0,56
39	Companhia Tavirense de Moagem	Tavira	0,45
40	Manuel Mendes Godinho	Escalhão	0,45
41	Joaquim Machado & Filhos	Alcácer do Sal	0,44
42	Uva Carvalho & C°, Limitada	Lamego, Quinta do Vale de Abração	0,37
43	Alfredo Infante Passanha	S. Martinho do Campo — Lordelo — Rio Vinesa	0,37
44	Empresa Industrial de Limas, Limitada	Vila do Conde	0,29
45	Cooperativa de Moagem do Rio Ferreira	Pórtio	0,26
46	Maurício Lopes	Arronches	0,25
47	Joaquim Bento Padiña & Filhos	Rio Tinto	0,25
48	Alexandre Marques de Oliveira	Gondomar, Bouças	0,20
49	Alvaro Augusto Dias & C°		
50	Francisco Afonso da Silva		
51			

Número de ordem	Nomes dos fabricantes	Locais das fábricas	Percentagens	
52	Francisco Alves dos Reis	Braga	0,17	
53	Alfredo Cambourau	Cacém	0,16	
54	Lino M. da Nova & Filhos	Póvoa, Campanhã, Tires	0,15	
55	José Pedro Maria da Costa	Barreiro	0,15	
56	Joaquim Ribeiro da Silva	Valongo	0,13	
57	José Alves da Cunha	Santo Tirso, Lugar da Estação	0,13	
58	António Joaquim Monta	Póvoa do Varzim	0,12	
59	Guilherme Duarte Ferreira	Ericeira	0,11	
60	Santos & Jacinto	Silves	0,10	
61	Camilo Lelias Alves	Bucelas	0,06	
62	Nuno Camilo Alves	Idem	0,06	
63	Casimiro Freire	Verderena	0,06	
64	Manuel Luís Fernandes	Seixal	0,06	
65	Manuel Mendes Godinho	Tomar	0,05	
66	António de Castro Neves Aguiar	Valongo, Vizinhança	0,05	
67	José António Pereira	Vila do Conde — Lugar da Ribeira e do Monte	0,05	
68	José do Rágo & Silva	Póvoa, Campanhã, Lugar do Campo	0,04	
69	Francisco Neves de Castro	Barcelos	0,01	
			1,90	
			100,00	
70	A. de Figueiredo & Irmão	Póvoa, Campanhã, Lugar da Noeda		
		Total	1,90	
			100,00	
		Fábrica de novo admitida à matrícula		
		Fábricas de massas		
1	Nova Companhia Nacional de Moagem	Lisboa, Rua do Barro	33,60	
2	Idem	Lisboa, Rua 24 de Julho, 132-A a 134-A	33,33	
3	Idem	Lisboa, Rua 24 de Julho, 140	13,23	
4	Companhia de Moagem Invicta	Póvoa	8,83	
5	J. V. B. Miranda	Coimbra	6,09	
6	Companhia Elvense de Moagem	Elvas	3,12	
7	Companhia Fayorense de Moagem	Tavira	1,64	
8	Gomes, Brito, Conceição, Reis & C., Limitada	Lisboa, Rua das Cozinhas Económicas	0,16	
		Total	100,00	
		Fábricas de bolachas e biscoitos		
1	Nova Companhia Nacional de Moagem	Lisboa, Rua 24 de Julho, 132-A a 134-A	53,78	
2	João de Brito, Limitada	Lisboa, Beato	28,50	
3	Companhia de Moagem Invicta	Póvoa	14,83	
4	Paupeiro & C.	Valongo	2,89	
		Total	100,00	